

Formação da identidade em tempos de mudanças velozes e multiplicidade normativa

Identity formation in time of rapidly changing and multiple orientations

GERTRUD NUNNER-WINKLER*



RESUMO – A identidade (como identidade de papéis ou identidade do eu) não é mais fundada e estabilizada através de arranjos socioestruturais. Concepções pós-modernas de identidade enfocam a abertura da formação de identidade por toda vida e compreendem a pessoa como produto da pluralidade de suas escolhas fáticas realizadas. Essa é uma descrição a partir da perspectiva exterior. Baseado em dados empíricos, mostra-se, no entanto, que as pessoas mesmas definem a relevância identitária das características próprias, das escolhas feitas anteriormente e das mudanças pessoais. Elas asseguram sua identidade através do autocomprometimento com valores que lhe são importantes. Para muitos, suas convicções morais lhes são importantes. O comprometimento com valores, o qual corresponde à moral autônoma universal moderna, permite a estabilização a longo prazo de uma identidade baseada na fidelidade a princípios.

Palavras-chave – identidade; moral; relativismo; mudança socioestrutural

ABSTRACT – Identity no longer is founded and stabilized by socio-structural arrangements – as were role identity and ego identity. Post-modern identity theories emphasize life-long flexibility and see the person as a product of the multiplicity of all the decisions made. This is a description from a third person perspective. In contrast, on the basis of empirical data it is shown that individuals themselves define the identity relevance of their personal characteristics, previous decisions and changes in their orientations. They safeguard their identity by committing themselves to values they care about. Many care about their moral beliefs. The values that correspond to the modern autonomous universalistic morality allow to stabilize a principled identity over time.

Keywords – identity; morality; relativism; socio-structural change

Neste artigo apresento primeiramente reflexões conceituais com relação à concepção da identidade (1) e esquematizo algumas condições socioestruturais, que esboçam o modo como a identidade se forma (2). Então, tentarei provar empiricamente duas teses centrais: na modernidade, um tempo que se caracteriza por mudanças velozes, a identidade pode ser fundada através da adesão voluntária a valores (3.1). Apesar da multiplicidade normativa, convicções morais se prestam especialmente para isso (3.2).

1. PRÉ-REFLEXÕES CONCEITUAIS COM RELAÇÃO À CONCEPÇÃO DE IDENTIDADE

Identidade significa: “Mesmidade, unidade, permanecer-igual-a-si-mesmo”¹ (EISLER, 1904, p. 482).

Identidade é um conceito duplamente reflexivo: X permanece igual a si mesmo. O teste da identidade requer uma definição identificadora de objeto: ‘Quem ou o que é X?’ Essa questão permite duas respostas diferentes: Por um lado trata-se da distinção individual de exemplares específicos através da menção de nomes próprios (por exemplo: ‘Esse é Alfons Müller/o primeiro violino Stradivari’), ou se trata de características únicas como por exemplo coordenadas exatas de espaço e tempo e características individuais inconfundíveis (por exemplo: história de vida, dados de fabricação ou impressões digitais, especificidades materiais únicas). Isso diz respeito à identidade numérica. Por outro lado, trata-se da caracterização generalizadora através de predicados comuns tais como pertencas categoriais (por exemplo: ‘X é um homem/um violino’), disposições e

* Doutora em Sociologia pela Universidade de Berlim (Alemanha) e Diretora do Grupo de Trabalho sobre “Pesquisa moral” do Instituto Max Planck de Munique (Alemanha). E-mail: <nunner-winkler@t-online.de>.

Artigo recebido em agosto e aprovado em novembro de 2010.

características específicas (por exemplo: ‘X é inteligente/sonoro’). Isso se refere à características funcionais (por exemplo: ‘X é um professor/um instrumento musical’) ou identidade qualitativa. A identidade numérica deve estar desde sempre já pressuposta, para se poder formular a questão pela identidade qualitativa de forma que faça sentido, porque apenas para um X claramente definido é possível decidir se continuou o mesmo.

A seguir, trata-se da identidade de pessoas. Aqui entra a especificidade em jogo, em que a perspectiva interior e exterior podem se separar. Tanto para a identificação numérica como para a qualitativa de objetos basta a perspectiva do observador. No entanto, quando se trata de pessoas pode haver, num caso excepcional, até numa identificação numérica (por exemplo: ‘paciente X presume ser Napoleão’) e seguidamente numa identificação qualitativa, uma discrepância entre a descrição do observador (por exemplo: ‘X é um empregado; é autoconfiante’) e a autopercepção (por exemplo: ‘X não se compreende como empregado, mas como pai de família ou futuro prefeito; percebe a si mesmo não como autoconfiante, mas como travado e tímido’).

A partir da perspectiva exterior, a identificação de indivíduos funciona sem problemas, tanto agora como antes. Passaporte e análises genéticas permitem a identificação numérica; uniformes e roupa de trabalho, crachás e as disposições nos ambientes permitem a identificação qualitativa das pessoas e de seus respectivos papéis (por exemplo: policiais e garis, vendedores e chefes), até o ponto em que isso seja funcionalmente necessário. Na maioria das vezes, a vida urbana nos torna anônimos e desconhecidos, e nada precisamos saber sobre a vida e *status* de cada um.

A partir da perspectiva interior, a pergunta da identidade torna-se a tal ponto virulenta, que os papéis sociais não são mais determinados pelo nascimento, ligados a pessoa impreterivelmente e vivenciados como imutavelmente determinantes. Ela se torna virulenta, na medida em que as pessoas decidem sobre como direcionar suas vidas e, em determinados casos, revisam decisões anteriores. Então, perguntas pela identidade se impõem: Quem é que escolhe? Quem sou eu nisso tudo? O que é que eu mesmo quero? Como posso, ainda, ser amanhã aquele que eu era ontem?

Que a identidade, de fato, tenha se tornada um problema, evidencia o espraiamento do debate. Só na psicologia, o número de publicações que enfocam a identidade aumentou de 9752 entre 1974 e 1983 a 21798 entre 1984 e 1993² e também na sociologia, filosofia, etnologia e nas ciências literárias, a identidade é tematizada cada vez mais frequentemente.

2. CONDIÇÕES SOCIOESTRUTURAIS PARA A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE

Para a formação da identidade de um tipo-ideal pode-se diferenciar três formações sociais: nas sociedades tradicionais, a identidade é instituída e estabilizada através de arranjos socioestruturais. Na modernidade clássica, a identidade é escolhida pelo indivíduo, mas estabilizada socioestruturalmente. Nas sociedades pós-modernas ou de modernidade tardia, a identidade é escolhida pelo indivíduo, que produz sua estabilização através do tempo. Há, no entanto, condições que, notadamente, dificultam esse processo: a mudança rápida, a multiplicação das opções e a possibilidade de revisão de decisões já tomadas. Isso tudo agudiza o problema da identidade.

2.1 Espaços decisivos alargados

Este item aborda as diferentes constelações socioestruturais que se referem sobre as decisões em duas áreas da vida: escolha da profissão e do parceiro.

Escolha da profissão

Nas *sociedades tradicionais pré-industriais* o futuro campo de atuação é determinado amplamente a partir do nascimento. 80% da população trabalham mesmo no setor rural, onde o status (por exemplo, como agricultor independente, como servo ou como diarista) é definido através das posses paternas ou das regras de sucessão. Nas cidades, há menos de cem profissões diferentes, as quais são, na maioria das vezes, atribuídas e designadas para a vida inteira, pela pertença a uma casta ou regras corporativas.

Na *modernidade clássica*, o número de profissões subiu enormemente devido aos processos de divisão do trabalho (desdobramento das profissões, divisão da produção e do trabalho) – há até 25000 profissões diferentes. Dentre essas, o indivíduo realiza sua escolha relativamente livre, embora condicionada pelos fatores de origem. Uma vez realizada a escolha, ela permanece estável para a maioria. Em 1964, um pouco mais da metade dos profissionais analisados ainda exercia sua profissão original.³

Nas *sociedades da modernidade tardia*, o cenário das profissões é modificado pela aceleração crescente e pelo adensamento das inovações⁴, e a ideia de profissão propriamente dita se torna precária. Cada vez mais frequentemente, profissões são trocadas várias vezes numa mesma vida profissional, sendo que a trajetória profissional mais parece uma sequência de “ordenamentos limitados pelo tempo” do que uma carreira. Bröckling fala da maleabilidade do projeto da existência moderna.⁵

Essa mudança objetiva na estrutura do mundo do trabalho se reflete na subjetivação crescente dos *critérios de*

decisão que guiam a escolha profissional. Primeiramente, a escolha da profissão se orientava pelas chances salariais e pela promoção,⁶ ou seja, características objetivamente identificáveis de vagas de empregos. Gradualmente, ganha significado o critério ‘ocupação interessante e variada’. Nessa mudança de foco, adquire peso a reivindicação, não apenas do sujeito ser autor da decisão, mas de incluir a subjetividade no critério decisivo. Ser interessante não é apenas a característica objetiva de uma atividade, mas também depende de sua relação com os interesses e experiências prévias do ator.

A subjetivação do processo de tomada de decisão também avançou no critério formal-abstrato da ‘autorrealização’, o qual aumenta em várias dimensões o espaço decisivo do indivíduo a ser preenchido subjetivamente. Também é possível para uma pessoa encontrar autorrealização numa atividade pouco interessante, se a mesma fizer parte de um contexto no qual se possa interpretar algum sentido. Autorrealização também permite o rompimento da identidade normal burguesa,⁷ centrada em torno do papel profissional (por exemplo: em interesses de lazer, na família, etc.). Assim, cresce uma liberdade interior, para instrumentalizar mais fortemente a profissão, o que também permite uma flexibilização com o passar do tempo. As preferências podem mudar, e o critério formal da autorrealização poderá, então, permitir novas adaptações, ou seja novas escolhas com conteúdo diferente no desenrolar de uma biografia.

A mudança dos critérios decisivos subjetivos pode ser compreendida como um correlato à concorrência por vagas de emprego escassas devido à globalização e às inovações tecnológicas. Ela reflete o fato de que o conceito burguês de identidade e de sentido dado através da profissão, como vocação no sentido de uma ética protestante, está definitivamente esfacelado.

Escolha do parceiro e família

Também na família ocorreu um processo duplo de individualização: cada vez mais, o indivíduo é o portador das decisões, e os critérios, nos quais as decisões se orientavam, tornam-se mais subjetivos. Na sociedade tradicional, os pais escolhiam os parceiros. Através dos degraus intermediários ‘direito de veto da criança’ e ‘direito de veto dos pais’, o direito da escolha do parceiro passou totalmente para os filhos, no início do século passado. Correspondentemente, a compreensão do amor também mudou. A escolha tradicional era determinada através de critérios objetivos, por exemplo, saúde, situação social e posses (‘Eu te amo, porque nossos negócios combinam’). O conceito esclarecedor do ‘amor racional’ enfoca características intersubjetivamente demonstráveis da pessoa, virtudes ou características positivas (‘Eu te amo, porque és fiel, confiável’).⁸ Esse

conceito é substituído na modernidade clássica pelo ‘amor romântico’. Amor romântico refere-se às particularidades da pessoa, que se constitui como tal unicamente através do amor (‘Eu te amo, porque tu és tu’). Na sociedade pós-moderna, a subjetivação avançou mais⁹: Como ‘paixão’, o amor se tornou refletido, por se direcionar mais fortemente à intensidade do sentimento do que à pessoa do parceiro (‘Eu te amo, porque é tão lindo estar apaixonado’). Concomitantemente, a reivindicação por critérios de decisão subjetivos se generaliza ao longo do tempo: A pessoa sozinha delibera não apenas sobre quem ela amará, mas também quando ela terminará de amar. Com a fórmula ‘não te amo mais’, a qual também legitima a dissolução de um casamento com filhos, permanecem abertas possibilidades de escolha pela vida toda. Em outras palavras, com a queda do tabu dos divórcios não se assegura mais a estabilização de escolhas, feita por meio de arranjos socioestruturais, mas sim, tais escolhas são confiadas ou exigidas pelo próprio indivíduo.

2.2 Conceitos de identidade

Para cada constelação diferente de sociedade é possível agrupar conceitos diferentes de identidade. À sociedade tradicional corresponde a *identidade dos papéis*. A partir do nascimento, a pessoa é identificada por sua vida toda e seus contextos sociais com um papel pré-determinado. Identificado enquanto criança como “colono do sítio Aufhauser”, o dono do sítio será definido e identificado como tal enquanto criança, enquanto futuro dono, dono atual, pai que passará o sítio ao seu filho por herança, pelos seus empregados, sua esposa, seus filhos e na mesa da cantina. À essa definição exterior, consistente e duradoura, corresponde a própria autocompreensão, que se será estende até à lápide. A formulação ‘aqui jaz o colono do sítio Aufhauser’ mostra o quanto pessoa e papel se fundem numa unidade.

Com o iluminismo e o desmantelamento das estruturas corporativas, os papéis não mais são distribuídos pelo nascimento, mas são escolhidos num momento determinado e, até certo ponto, de forma livre. Com isso, separam-se a pessoa e o papel, tanto na autocompreensão como a partir da perspectiva exterior. A concepção de Erik H. Eriksons do *eu-identidade* corresponde a esta constelação condicional socioestrutural da modernidade clássica. No final da adolescência, é preciso saber ‘o que se quer ser; [...] tomar as decisões certas, sem escolher a garota/parceiro, ídolo ou profissão errados’.¹⁰ Essa identidade fundada em autodeterminações (através do domínio bem sucedido de crises anteriores) baseia-se em competências psíquicas.¹¹ E ela é fortificada através dos aprisionamentos sociais, que mantêm os indivíduos em seus papéis uma vez escolhidos. A necessidade da garantia econômica da existência e o desmoronamento

amplo de alternativas profissionais dado através de regulamentações de acesso, o tabu estrito do divórcio, a constância e unidade específicas de cada nicho do clima político reinante, a impossibilidade da renúncia da pertença religiosa – todas essas características estruturais asseguram a manutenção da identidade uma vez escolhida pelo resto da vida.

Isso se modifica com a passagem para as sociedades pós-modernas. Os espaços de opção aumentam, a flexibilidade é incluída ou conquistada socioestruturalmente, e isso se reflete nas *conceituações de identidade pós-modernas*. Todas as diferentes variações tem em comum a negação do conceito moderno clássico de identidade como ‘monotonia e continuar igual a si mesmo’; isto é, negação da consistência e continuidade. “A vivência de um mundo cotidiano contraditório e segmentado, o qual não se integra mais num conceito de mundo abrangente [...] requer uma postura, a qual permite a permanência do contraditório lado a lado, não mais dominado por uma ‘obrigação de identidade’”.¹² Circunstâncias de vida pós-modernas exigem ‘uma estrutura sem obrigação de uma identificação, sem obrigação de uma predicação conclusiva [...], que pode conter material de origem e qualidade diferentes [...], que permite mudança rápida [...], e que não precisa ser idêntica nos seus detalhes’.¹³ Novos conceitos são desenvolvidos: mentalidade artesanal¹⁴, *patchwork identity*¹⁵, o sujeito plural¹⁶, identidade como *collage*¹⁷. Eles trazem à tona um sentimento de vida, que já foi descrito por Montaigne:

Não posso dizer de mim nada inteiro, uno ou consistente, sem expressar confusão. [...] Nós todos somos costurados de pedaços e trapos de forma tão colorida e informes, que cada pano expressa seu próprio jogo a cada momento. E encontra-se tanta diferença entre nós e nós mesmos como entre nós e os outros.¹⁸

Especialmente, a abertura por toda vida da configuração da identidade é enfatizada. O indivíduo não é mais determinado por decisões tomadas de uma vez por todas, mas sim por uma multiplicidade de escolhas, as quais toma diariamente e que conformam seu estilo de vida e com isso sua identidade:

Cada uma das pequenas decisões que a pessoa toma todo dia – o que vestir, o que comer, como se comportar no trabalho, quem encontrar mais tarde [...] todas essas escolhas (assim como aquelas que tenham mais e maiores conseqüências) são decisões não apenas sobre como agir, mas sobre quem ser [...] Estilo de vida diz respeito ao núcleo da self-identidade, seu fazer e refazer.¹⁹

Esses conceitos pós-modernos de identidade estão sofrendo críticas. Eles mostram um quadro de homem, que se assemelha aquele “de um homem que carece de capacidades de orientação, ação e relacionamento, talvez

até de um homem muito doente”²⁰, então seria como de um esquizofrênico ou um homem com múltiplas perturbações de personalidade. Um sentimento interno de unidade é, a saber, imprescindível não apenas para o bem estar psíquico, mas também para a manutenção da saúde. Como podem trabalhadores de identidade pós-modernos suscitar esse sentimento? A proposta de solução é: através da *competência narrativa*. Assim, declara por exemplo Anthony Giddens: “Autoidentidade torna-se um esforço organizado reflexivamente [...] o qual consiste na manutenção de narrativas biográficas coerentes, embora continuamente revisadas”²¹. Também Jürgen Straub vê a “unidade de uma mesma pessoa”, a “coerência passível de ser sentida ou vivida”, ligada às “realizações psíquicas de integração e síntese do sujeito” produzidas narrativamente. “A questão da identidade ‘quem sou eu, quem me tornei e quem quero ser?’ encontra sua resposta exatamente nos autorrelatos”²², os quais “fazem algo que faça sentido e tenha significado [...] a partir da contingência vivenciada [...] unindo diferentes, sim, heterogêneos, dentro de *uma* figura *uníssona*”.²³

3. TESES PARA A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE

Cenários pós-modernos de identidade marcam a pessoa como tapete de remendos e *collage*, como produto da multiplicidade de suas escolhas e decisões de vida passíveis de revisão a qualquer tempo, que consegue assegurar sua unidade e continuidade apenas através de uma autonarrativa retrabalhada continuamente de forma reflexiva. Esse quadro, no entanto, resulta da diferenciação pobre entre perspectiva interna e externa, entre um autorrelacionamento teórico-observador e um prático-voluntário. No primeiro autorrelacionamento a identidade funda a percepção, o olhar, o contemplar e é alcançada através do imaginar comparativo de objetos. Ernst Tugendhat critica esse modelo sujeito-objeto (‘a gente se tem ante de si mesmo’); a hipótese de que se compreenda “também o saber de si e sobretudo a relação de si consigo mesmo como uma percepção interna”²⁴, é errônea para ele. Para ele, a relação consigo mesmo deve ser compreendida como algo prático:

No dizer-‘eu sou’ [sou eu] não relacionado ‘esteticamente’ com o meu ser, eu constato não o meu ser como algo dado, mas eu me relaciono como ele na forma do ‘autocuidado’ (*Selbstbekümmrung*) [...] eu me relaciono como meu ser como *um*, que eu [...] ‘deva ser’.²⁵

Aqui, o homem é conceituado não como alguém que contempla e imagina, mas que age: “Como atores somos o que fazemos e queremos”.²⁶ Aqui temos a possibilidade de nos distanciarmos daquilo que fazemos espontaneamente

e nos perguntarmos: ‘O que é que eu mesmo quero?’ e tomarmos posição referente às expectativas dos outros e também aos próprios desejos.

A definição de Tugendhat do autorrelacionamento está de acordo com a análise de Harry G. Frankfurt sobre o conceito de pessoa: “Ser pessoa quer dizer, assumir uma orientação avaliativa [...] de si mesmo, defender ou rejeitar os motivos [do próprio] agir, decidir se, aquilo que se tem vontade é importante [para si]”.²⁷ Nesta capacidade do dizer não para os próprios impulsos assim como para expectativas externas a pessoa se constitui como formalmente livre. Num primeiro patamar, “[ela] organiza preferências e prioridades, as quais trazem ordem para as suas opções. Ela direciona seu comportamento não de acordo com os desejos, os quais se mostram por acaso mais fortemente, mas de acordo com objetivos, que lhe são importantes”.²⁸ Isso requer a capacidade de tomar distância de necessidades espontâneas cognitiva e afetivamente (ou seja, autorreflexão e autocontrole), e a disposição de definir prioridades, isto é, se identificar tão fortemente com algo importante para si, que se sinta unido aos deveres que advêm daí e que não se consiga traí-los. Em compromentimentos baseados na vontade e reafirmados se funda a identidade. Sem esses auto-compromentimentos, uma pessoa não se constituiria como eu pessoal. Ou seja, ela não decidiria o que quer fazer, mas sim, o acaso, impulsos passageiros, condições dadas e pouco importantes ou pressões externas ou internas.

3.1 Primeira tese: Identidade como autocomprometimento

Identidade deve ser compreendida a partir da perspectiva interior como relação voluntária consigo mesmo. Também em tempos de mudanças rápidas é possível fundar a identidade através do autocomprometimento. Para isso, a pessoa mesma define a relevância identitária de fatos encontrados – de escolhas e decisões anteriores, de características dadas, mas também de modificações do próprio eu (*selbst*) –, tomando posição com fundamentação.

Esta tese se justifica empiricamente da seguinte forma. A base de dados são entrevistas com três grupos (174 pessoas com a idade de 17 anos e 153 pessoas com idade de 65-80, escolhidas de forma representativa, e 37 estudantes das ciências sócias e naturais).²⁹ Aos entrevistados foi solicitado informar o quanto eles acreditam que eles seriam outra pessoa, caso características pré-existentes específicas tivessem tido outra conformação. A pergunta era: ‘Imagine se você tivesse tido: outros pais/outras ideias a respeito de justiça e injustiça/outro físico/muito mais dinheiro/outros interesses, isto é, outra faculdade, isto é, outra profissão/outros amigos; imagine ter crescido em outro país/ser do outro sexo – o quanto você seria outra pessoa?’ A escala com cinco respostas ia de ‘Eu

seria exatamente a pessoa que sou’ a ‘Eu seria uma pessoa totalmente diferente’. No caso de algumas características também era solicitada a justificativa da resposta.

Exemplos podem ilustrar que a pessoa *mesma* decide, quais circunstâncias são relevantes para ela. Para alguns, o físico é importante (por exemplo: “Eu me defino através de minha aparência”), para a maioria, no entanto, não há essa importância (por exemplo: “Apesar de outra aparência, eu ainda seria a mesma pessoa”). Para alguns, seus interesses ou a faculdade escolhida são importantes (por exemplo: “O que mais me modificaria seriam outros interesses, porque na vida, o que se persegue são os interesses”; “Se eu conseguir minha vaga na faculdade de psicologia, então eu teria um objetivo e saberia, porque vou à faculdade”), para outros, são de pouco significado (por exemplo: “Eu seria exatamente a mesma pessoa, se eu tivesse escolhido outra faculdade. Eu não me defino através da faculdade ou do trabalho; esses são apenas necessários à vida”). Alguns dão significado pessoal ao seu gênero (por exemplo: “Sou feminina, não gostaria de ficar sem esse potencial”); para outros, essa é uma característica periférica (por exemplo: “Um outro gênero não me modificaria muito, pois minhas opiniões fundamentais com relação à vida não se modificariam.”).

Também a relevância identitária de modificações pessoais – por exemplo referente a posturas ou sistemas de convencimento – definem pessoas por si mesmo com razões. Isso será exemplificado nas respostas aos dois modelos que foram apresentados:

1. Lavagem cerebral: ‘Um democrata convicto tornar-se-á comunista através de lavagem cerebral’.
2. Participante do movimento de 68: ‘Um seguidor antigo e convicto do movimento de 68 protestava muitas vezes contra a guerra e violência armada. Hoje, ele é a favor de intervenções militares em zonas em crise’.

A questão anexa era: ‘Essa pessoa ainda é a mesma ou não? Porque/porque não?’ Dois critérios são decisivos para a avaliação da relevância identitária: o significado da mudança e a pergunta pela autonomia, ou ainda pela heteronomia. O significado subjetivo é justificado a partir da perspectiva da pessoa (“Ele não é mais a mesma pessoa, porque política sempre foi muito importante para ele e é por isso um aspecto importante da personalidade”) ou opiniões parcialmente atribuídas (“Convicções políticas são uma parte importante da personalidade”, isto é, “Essa é apenas uma mudança em algum setor parcial”).

A autonomia é medida pelo tipo de mudança. Uma mudança imposta através de manipulação é considerada destruidora de identidade (por exemplo: lavagem cerebral: “Apenas, se foi ele mesmo que realizou a mudança de opinião, então ele é a mesma pessoa – manipulações fazem a pessoa ser alguém diferente”). Nenhum problema de

identidade surge, no entanto, quando a mudança de opinião é fruto de um processo de aprendizagem. Para isso, já é suficiente a alegação de aprender implicitamente a partir da experiência, que sustenta o argumento de que mudança de opinião seja uma parte normal do desenvolvimento da personalidade (por exemplo: no caso participante do movimento de 68: “Ele ficou mais maduro”). Muitas vezes, também se fala de processos de aprendizagem explícitos, de uma mudança de opinião autônoma e bem fundamentada (por exemplo: “Argumentos podem levar a gente a mudar de opinião”).

Para resumir as reflexões anteriores brevemente: O problema das múltiplas opções, posto no centro pela pós-modernidade, pode ser resolvido. A hipótese de Giddens, de que a pessoa seria idêntica à soma de suas escolhas, não sucede e o quadro de um ‘tapete de retalhos’³⁰ está equivocado. Nem todas as escolhas, nem todos os retalhos que aí estão têm a mesma relevância para a identidade. A pessoa mesma decide, quais os aspectos (por exemplo: físico, gênero) e quais as decisões tomadas de forma autônoma e fundamentada ou mudanças pessoais (por exemplo: escolha da faculdade, convicções políticas) ela considera constitutivas ou irrelevantes para a própria autocompreensão.

3.2 Segunda tese: o autocomprometimento com a moral

O modelo de identidade prático-voluntário deixa em aberto, a que valores, objetivos ou ideais um indivíduo adere: à família ou profissão, convicções religiosas, interesses artísticos ou científicos, apoderamento ou chances de influência. Para muitos, o comprometimento com as orientações valorativas morais tem um significado constitutivo de identidade. Isso se evidencia pelas reações à pergunta, o que mais modificaria a pessoa. Nas três faixas etárias, a afirmação ‘outras concepções de justiça e injustiça’ está entre as três características mais importantes, as quais definem a pessoa (por exemplo: “Se eu tivesse outros princípios, eu seria uma outra pessoa”; “Tenho um senso de justiça aprimorado”). As outras duas características especialmente importantes são ‘pertencer a outro gênero’ e ‘ter outros pais’. Uma análise das justificativas evidencia que essas também respondem frequentemente pelo significado de orientações valorativas. Assim explica a maioria dos entrevistados a importância especial dada aos ‘pais’ que esses transmitem (ensinam) valores, convicções e crenças (por exemplo: “Os pais dão a direção”; “Com outro tipo de educação, a gente teria interiorizadas outras ideias”). Também a relevância identitária da pertença a um gênero (atribuída ou polemizada) é fundamentada por muitos remetendo a ideias de valores ou formas de pensar, ligadas ao gênero (por exemplo: “O papel do gênero molda as convicções”),

outros, no entanto, consideram como independente do gênero (por exemplo: “Minhas convicções fundamentais com relação à vida e também minha educação não seriam muito diferentes”; “A escolha da faculdade e meus passatempos seriam os mesmos – eu não seria outra pessoa”).

Mais claro fica o significado das convicções morais para a constituição da identidade em achados oriundos de uma comparação de gerações (cada grupo com cem pessoas escolhidas de forma representativa nas faixas etárias 20-30, 40-50 e 65-75 anos de idade): cada geração se fixa em grande parte às orientações, fruto das elaborações de sua adolescência.³¹ E os entrevistados de mais idade tinham consciência do fato, de que os tempos mudaram. À pergunta, como os mais jovens decidem, ele respondiam “Eles vêem isso de forma mais tranquila/livre”. O fato de que pessoas – apesar de seu conhecimento sobre mudanças nas ideias morais – mantenham suas próprias convicções, corrobora com a tese de que elas atribuam às suas próprias adesões valorativas uma alta relevância identitária.

Neste ponto, surge, no entanto, o problema da *multiplicidade normativa*. A suposição de que não existiriam mais ideários morais divididos é largamente difundida. Assim, 76% da população pensam que os valores estão se perdendo.³² Apenas 30% pensam que na Alemanha há ideias comuns sobre o que é justo e injusto, 60%, porém, acreditam que as opiniões divergem amplamente.³³ Os diagnósticos das ciências sociais sobre a relativização da moral condizem com essas significações cotidianas. Assim diz, por exemplo, Jürgen Habermas: “A moral racional [...] não pode indicar um catálogo de deveres, nem uma série de normas ordenadas hierarquicamente.”³⁴ Para Niklas Luhmann: “Falta consenso sobre os critérios através dos quais os valores são julgados como bons ou ruins. Comunicação moral [...] não pode mais ser uníssona num mundo de múltiplos contextos.”³⁵ Wilhelm Heitmeyer declara que “não existe consenso comum e universal com relação a valores e normas”.³⁶ Richard Münch chama atenção de que “discursos morais [...] não desembocam em nenhum consenso, mas há, muito mais, uma dissensão permanente”.³⁷ Para Hans-Georg Soeffner, nas sociedades industriais modernas “predomina o consenso de que não há consenso sobre normas em comum, que essas normas em comum mal existiriam”.³⁸

Uma das razões para esse diagnóstico é certamente a existência concomitante de entendimentos morais contrários, como mostrado na comparação entre as gerações. Assim, nós encontramos em 22 de 25 assuntos apresentados para julgamento moral diferenças muito significativas (65% dos mais velhos em comparação com 15% dos mais jovens expressaram uma condenação estrita da homossexualidade, 70% dos mais velhos *versus* apenas 5% dos mais jovens condenaram o divórcio). Esta

experiência cotidiana de uma dissensão moral entre as gerações nutre, especialmente no caso dos entrevistados mais jovens, uma forte suspeita de relativismo. Isso se reflete nas suas seguidas respostas relativistas ou denegritivas sobre o que eles compreendem por moral (por exemplo: “Moral é ponto de vista”; “moral é fora de moda” – entrevistados mais idosos: 20%, de idade média 30%, mais jovens 45%).

Observações deste tipo fundamentam também a preocupação de Joseph Ratzinger sobre a ‘ditadura do relativismo’, que ele interpreta como um “deixar-se levar pelo pensamento da moda”. Nesse diagnóstico, no entanto, há uma significação errônea. As mudanças nos ideários morais não são ondas da moda que dependem da conjuntura, mas são correlatos de uma mudança sistemática, a qual resulta primariamente da mudança na justificação da moral. Nas sociedades tradicionais, normas advêm de estabelecimento divino. No entendimento secularizado moderno, elas fundam ‘o nosso querer’, para o que o modelo hipotético de Rawls da formação do consenso ‘sob o manto da ignorância’ oferece uma reconstrução especialmente elucidativa.³⁹ São conhecidas apenas características universais: Diferentemente dos anjos, os homens são vulneráveis, diferentemente dos santos eles estão dispostos a prejudicar terceiros por interesses próprios; portanto, eles *necessitam de moral*. Diferentemente de animais guiados por instinto, eles podem deixar de prejudicar; são *capazes de moral*. Como seres racionais eles querem que eles e seus próximos não sofram nenhum dano; eles têm *interesse na moral*. Assim eles concordam com normas, que proibem os danos, mas dão liberdade até onde for compatível com a mesma liberdade do outro.

Esse modelo operacionaliza os princípios básicos do ideário moral cotidiano mundial – o *princípio da igualdade* (através da reivindicação de consenso), o *princípio da minimização do dano* (através da concordância de todos guiada pelos interesses) e apartidarismo (através do manto da ignorância). A partir desses princípios é possível se chegar numa *moral mínima*. Ela contém deveres negativos, que proibem o dano direto a outros e que podem ser cumpridos através da simples omissão a qualquer tempo, qualquer lugar e com qualquer pessoa. Esses deveres negativos, no entanto, não gozam, diferentemente do quem em Kant, de nenhuma validade estrita; muito antes, validam exceções como justificáveis, quando – avaliado imparcialmente – do ponto de vista de responsabilidade ética o seguimento de uma norma causar dano maior do que sua transgressão. A isso se somam os deveres positivos: cada um tem de satisfazer as tarefas assumidas nas relações de cooperação organizadas pela divisão do trabalho. Aqui só vale uma regra formal universal ‘Faça seu dever’. Quais obrigações de conteúdo são implícitas, depende da cultura e dos papéis específicos. Afinal, existe

o dever, de prestar socorro na medida do possível em situações agudas de emergência.

Na comparação com morais tradicionais, essa moral mínima está ao mesmo tempo alargada socialmente (enquanto as regras exigem compromissos universais) e estreitada em seu conteúdo (enquanto não houver prejuízo de terceiros, as pessoas são livres na escolha de seus sistemas de convencimento e direcionamento de sua vida). Isso implica uma limitação mais estreita da moral contra convenções e perguntas sobre o bem viver, as quais – enquanto terceiros não forem prejudicados – são deixadas crescentemente com a livre decisão de cada um. Esta mudança na forma de compreensão da moral – a transferência para uma justificação a partir do mundo interior e o alargamento do espaço pessoal – pode ser ilustrada nas justificativas apresentadas na comparação entre as gerações. Assim, por exemplo, entrevistados mais idosos condenam homossexualidade, porque ela é ‘pecaminosa’ e ‘antinatural’, e uma mãe que trabalha, porque ela é ‘esquecedora de seus deveres’ e ‘irresponsável’. Essas avaliações morais justificadas através de determinações divinas ou do reino natural são contrapostas pelas ideias de uma área pessoal mais alargada dos mais jovens, a qual no máximo é limitada pelo princípio de evitar dano. Homossexualidade é aceita: “Isso é a decisão deles – enquanto o relacionamento for bom”. E para atividade profissional materna vale: “Também o pai, a avó, uma babá podem cuidar das crianças – contanto que as crianças não sofram”.

Dois ponderações falam contra a suspeita, que o mundo secularizado não conhece mais ideias morais assumidas em forma de compromisso (adesão). Por um lado, a moral mínima descrita fecha em seu conteúdo com o ideário universalístico dos direitos humanos, os quais nesse meio tempo – pelo menos formalmente – são aceitos quase mundialmente e apoiadas institucionalmente (através das convenções das Nações Unidas e de suas comissões). Por outro lado, pesquisas sobre o desenvolvimento da moral mostram que crianças compreendem regras morais básicas já desde cedo como independentes de autoridade ou sanção, e como imutáveis e universalmente válidas.⁴⁰ Esse conhecimento é adquirido principalmente através de processos de aprendizagem implícitos: crianças fazem a leitura disso através de suas experiências de interação. Assim, os educadores estão dispostos para compromissos e manejos convencionais, mas não regras morais, quando se trata de conflitos.⁴¹ Crianças reconhecem isso também no jogo de linguagem moral coletivamente dividido: o repúdio de um ato negativo é parte integrante inevitável da significação da palavra que o descreve. Assim, a palavra ‘assassinato’ descreve um ato absolutamente errado. Se fossem possíveis quaisquer justificativas ou desculpas, nós escolheríamos outras palavras (por exemplo: aten-

tado, morte por imprudência). Que crianças consigam interpretar nas práticas sociais um conhecimento tão claro sobre o comprometimento categórico das normas morais, fala claramente contra os diagnósticos de relativismo das ciências sociais e as preocupações cotidianas mundiais sobre a erosão moral.

CONCLUSÃO

Os homens definem, eles mesmos, a relevância identitária de características próprias, escolhas feitas anteriormente e mudanças pessoais. Muitas pessoas atribuem às convicções morais, às quais continuam aderindo por convicção, um significado na constituição da identidade. Os vínculos valorativos, que correspondem à compreensão moral moderna, se prestam especialmente bem para fundar identidade. Como desejados por todos, seus conteúdos são racionalmente justificados e podem ser seguidos por juízo. Os princípios básicos permitem aplicações sensíveis a cada contexto e deixam espaço também para processos de aprendizagem individuais e culturais. E esse espaço de jogo pode ser usado pelos indivíduos devido à estrutura formal do juízo, conforme a moral moderna.⁴² Assim, é possível estabilizar, através dos tempos, uma identidade que se fundamenta na fidelidade a princípios, apesar das contradições concretas nos papéis e da mudança social rápida, do aumento contínuo do conhecimento e da exigência de decisões de estilo de vida múltiplas.

REFERÊNCIAS*

- Allensbacher Jahrbuch der Demoskopie 1993- 1997 (1997), hrsg. v. Elisabeth Noelle – Neumann und Renate Köcher, München, Bd. 10.
- Ashmore, R. D./Jussim, L. (1997): *Self and Identity*. Fundamental Issues. New York, NY/Oxford.
- Bolte, Karl Martin/Aschenbrenner, Kathrin/Kreckel Reinhard/Shultz-Wild, Rainer (1970): *Beruf und Gesellschaft in Deutschland*. Berufsstruktur und Berufsprobleme, Opladen.
- Bröckling, Ulrich (2005): *Projektwelten*. Anatomie einer Vergesellschaftungsform, in: *Leviathan* 3, S. 364-383.
- Döbert, Rainer/Nunner-Winkler, Gertrud (1975): *Adoleszenzkrise und Identitätsbildung*, Frankfurt/M.
- Eisler, Rudolf (1904): *Identität*, in: ders. (Hg.), *Wörterbuch der philosophischen Begriffe*, Berlin, 2. Aufl., Bd. 1, S. 482-485.
- Erikson, Erik H. (1973): *Identität und Lebenszyklus*, Frankfurt/M.
- Frankfurt, Harry G. (1988): *The Importance of What We Care About*. Philosophical Essays, Cambridge/New York, NY.
- Frankfurt, Harry G. (1993): *Die Notwendigkeit von Idealen*, in: W. Edelstein, G. Nunner-Winkler & G. Noam (Hg.), *Moral and Person*, Frankfurt/M., S. 107-118.
- Giddens, Anthony (1991): *Modernity and Self-identity*. Self and Society in the Late Modern Age, Stanford, CA.
- Gross, Peter (1985): *Bastelmentalität: ein postmoderner Schwebezustand*, in T. Schmid (Hg.), *Das pfeifende Schwein*, Berlin, S. 63-84.
- Habermas, Jürgen (1992): *Faktizität und Geltung*. Beiträge zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstaats, Frankfurt/M.
- Keupp, Heiner (1988): *Auf dem Weg zur Patchwork-Identität?* In: *Verhaltens-therapie und psychosoziale Praxis* 4, S. 425-438.
- Keupp, Heiner (1997): *Diskursarena Identität: Lernprozesse in der Identitätsforschung*, in H. Keupp & R. Höfer (Hg.), *Identitätsarbeit heute*. Klassische und aktuelle Perspektiven der Identitätsforschung Frankfurt/M., S. 17.
- Keupp, Heiner (1999): *Identitätskonstruktionen*. Das Patchwork der Identitäten in der Spätmoderne, Reinbek: bei Hamburg.
- Luhmann, Niklas (1984): *Liebe als Passion*. Zur Codierung von Intimität, Frankfurt/M.
- Luhmann, Niklas (1998): *Die Gesellschaft der Gesellschaft*, Frankfurt/M.
- Münch, Richard (1994): *Zahlung und Achtung*. Die Interpenetration von Ökonomie und Moral, in: *Zeitschrift für Soziologie* 23, S. 388-411.
- Nucci, Larry P./Turiel, Elliot (1993): *God's Word, Religious Rules, and Their Relation to Christian and Jewish Children's Concepts of Morality*, in: *Child Development* 64, S. 1475-1491.
- Nucci, Larry P./Weber, E. K. (1995): *Social Interactions in the Home and the Development of Young Children's Concepts of the Personal*, in: *Child Development* 66, S. 1438-1452.
- Nunner-Winkler, Gertrud (1998): *Zum Verständnis von Moral – Entwicklungen in der Kindheit*, in: F. E. Weinert (Hg.), *Entwicklung im Kindesalter*, Weinheim, S. 133-152.
- Nunner-Winkler, Gertrud (2002): *Identität und Moral*, in j. Straub & j. Renn (Hg.), *Transitorische Identität*. Der Prozesscharakter des modernen Selbst, Frankfurt/M./New York, NY, S. 56-84.
- Nunner-Winkler, Gertrud (2003): *Ethik der freiwilligen Selbstbindung*. – Replik: Und es gibt sie doch – Vernunftmoral und ich-nahe Motive. *Erwägen Wissen Ethik (EWE)*. Achte Diskussionseinheit, 14 (4), S.579-589 und 655-672.
- Nunner-Winkler, Gertrud/Nikele, Marion (2001): *Moralische Differenz oder geteilte Werte? Empirische Befunde zur Gleichheits-/Differenz-Debatte*, in: B.Heintz (Hg.), *Geschlechtersoziologie*, in: *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, Sonderband 41, S. 108-135.
- Pazzini, Karl-Josef (1986): *Ein Bildlicher Zugang zum Identitätskonzept*, in: *Loccumer Protokolle* 58/85: *Jugendarbeit und Identität*, S. 61-80.
- Rawls, John (1972): *A Theory of Justice*, London/Oxford/New York, NY.
- Rosa, Hartmut (2002): *Zwischen Selbstthematisierungszwang und Artikulati-onsnot*, in J. Straub & J. Renn (Hg.),

* As referências foram mantidas de acordo com o texto original em alemão, que, em alguns aspectos se diferenciam das normas adotadas pela ABNT, mas que indicam todos os elementos necessários ao leitor. (Nota da Editora)

Transitorische Identität. Der Prozess-charakter des modernen Selbst, Frankfurt/M./New York, NY, S. 267-302.

Rosenbaum, Heidi (1982): *Formen der Familie*, Frankfurt/M.

Soeffner, Hans Georg (1998): Handeln im Alltag, in: B. Schäfers & W. Zapf (Hg.), *Handwörterbuch zur Gesellschaft Deutschlands*, Bonn, S. 276-287.

Straub, Jürgen (2000): Identitätstheorie, empirische Identitätsforschung und die „postmoderne“ armchair psychology, in: *Kulturwissenschaftliches Institut im Wissenschaftszentrum NRW (Hg.), Jahrbuch 1999/2000*, Essen, S. 125-156. Strümpel, Burkhard/Scholz-Ligma, Joachim (1988): Bewubtseins- und sozialer Wandel. Wie erleben die Menschen die Wirtschaft? In: H. O. Luthe & H. Meulemann (Hg.), *Wertwandel Faktum oder Fiktion? Bestandsaufnahmen und Diagnosen aus Kultursoziologischer Sicht*, Frankfurt/M./New York, NY, S. 21-47.

Tugendhat, Ernst (1979): *Selbstbewußtsein und Selbstbestimmung. Sprachana-lytische Interpretationen*, Frankfurt/M.

Turiel, Elliot (1983): *The Development of Social Knowledge. Morality and Convention*, Cambridge.

Welsch, Wolfgang (1993): ‚ICH ist ein anderer‘. Auf dem Weg zum pluralen Subjekt? In: D. Reigber (Hg.), *Frauen-Welten. Marketing in der postmodern en Gesellschaft – ein interdisziplinärer Forschungsansatz*, Düsseldorf u. a., S. 282-317.

O artigo “Identitätsbildung in Zeiten raschen Wandels und normativer Vielfalt” foi publicado em: BOHLKEN, Eike; PEETZ, Siegbert (Hrsg.). **Bildung, Subjekt, Ethik**. *Bildung und Verantwortung im Zeitalter der Biotechnologie*. Darmstadt: WBG, 2007.

(Traduzido do alemão por ANDREA MÖLLMANN.
Revisão da tradução: Nadja Hermann)

NOTAS

- ¹ Eisler 1904, p. 482. As notas serão mantidas, conforme consta no artigo original (Nota da Editora).
- ² Ashmore/Jussim 1997, p. 5; citado por: Straub, 2000, p. 127.
- ³ Bolte et al. 1970, p. 164.
- ⁴ Rosa 2002.
- ⁵ Bröckling 2005.
- ⁶ Strümpel/Scholz 1988.
- ⁷ Döbert/Nunner-Winkler 1975.
- ⁸ Rosenbaum 1982, p. 264.
- ⁹ Luhmann 1984.
- ¹⁰ Erikson 1973, p. 112.
- ¹¹ Erikson, p. 107.
- ¹² Keupp 1997, p. 17
- ¹³ Pazzini 1986, p. 75 e seguinte.
- ¹⁴ Gross 1985.
- ¹⁵ Keupp 1988.
- ¹⁶ Welsch 1993.
- ¹⁷ Pazzini 1986.
- ¹⁸ Montaigne citado por Kneupp, 1999, p. 21 e seguinte.
- ¹⁹ Giddens 1991, p. 81.
- ²⁰ Straub 2000, p. 150.
- ²¹ Giddens 1991, p.5.
- ²² Straub 2000, p. 130.
- ²³ Straub 2000, p. 132. *Itálico do original.*
- ²⁴ Tugendhat 1979, p. 34.
- ²⁵ Tugendhat 1979, p. 36.
- ²⁶ Tugendhat 1979, p. 29.
- ²⁷ Frankfurt 1993, p. 115; Também Frankfurt 1988.
- ²⁸ Frankfurt 1993, p. 115.
- ²⁹ Comparar Nunner-Winkler 2002.
- ³⁰ Keupp 1988, p. 432.
- ³¹ Nunner-Winkler/Nikele 2001.
- ³² Allensbacher Jahrbuch der Demoskopie 1997, p. 271.
- ³³ Allensbacher Jahrbuch der Demoskopie 1997, p. 747.
- ³⁴ Habermas 1992, p. 146.
- ³⁵ Luhmann 1998, p. 248.
- ³⁶ Heitmeyer 1997, p. 25.
- ³⁷ Münch 1994, p. 408.
- ³⁸ Soeffner 1998, p. 285.
- ³⁹ Comparar Rawls 1972.
- ⁴⁰ Comp. Turiel 1983, Nucci/Turiel 1993; Nunner-Winkler 1998.
- ⁴¹ Comp. Nucci/Weber 1995.
- ⁴² Nunner-Winkler 2003.